

Brasil faz apelo a credores

Para Delfim Netto, bancos devem suavizar pagamento da dívida

Londres — Seguindo o exemplo da Argentina, o Brasil pretende exigir que seus credores suavizem as exigências quanto às modalidades do pagamento de sua dívida, segundo dão a entender as declarações do ministro do Planejamento Delfim Netto, ao **"Financial Times"**.

Delfim Netto, estimando que os resultados positivos do programa de saneamento econômico aplicado pelo Brasil justifica um pouco mais de generosidade por parte dos bancos, declarou: "Pedimos aos bancos que levem em consideração o que temos realizado e que compreendam nossa necessidade de uma maior cooperação e de melhores condições para resolver o problema de nossa dívida.

O Ministro do Planejamento indicou que entende por melhores condições um reescalonamento da dívida com base numa redução das taxas de juros e num prolongamento os prazos

UPI



No FMI, Serrano sentou-se ao lado de Vasquez

dos empréstimos. Sem detalhar suas exigências, deu a entender, disse o **"Financial Times"**, que deseja concessões pelo menos iguais ao que eventualmente a Argentina venha a conseguir.

"Os bancos sabem que os que conseguem melhores progressos devem ser tratados pelo menos num pla-

no de igualdade com aqueles cujos resultados são menos bons", disse Delfim. Além disso, apresentou um panorama otimista da economia brasileira, afirmando principalmente que o déficit da balança de pagamentos seria reduzido de 15 bilhões de dólares, em 1982, para menos de 6 bilhões em 1984.

Delfim acrescentou que

após uma interrupção de dois anos e meio, a economia reiniciou sua expansão graças aos aumentos das exportações e previu um crescimento de 3,4 por cento do produto interno bruto para este ano depois da baixa do ano passado.

Quanto à inflação, atualmente da ordem de 10 por cento ao mês, deveria começar a baixar imediatamente, devido às restrições da massa monetária e dos gastos do Estado.

O Ministro calculou em 600 milhões de dólares por ano o prejuízo do Brasil pelo aumento das taxas de juros norte-americanas, mas indicou que as reservas líquidas de câmbio, atualmente de 1,6 bilhão de dólares, permitirão enfrentar o fardo suplementar.

Queixa semelhante foi feita em Washington, durante reunião do FMI, pelo representante brasileiro José Carlos Madeira Serrano, diretor da área externa do Banco Central.